

2

ACTA
da
Reunião de negociação com a
Associação Sindical dos Seguranças da Polícia Judiciária

Acta n.º 26

Aos 21 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 17h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente e Vice-Presidente da Associação Sindical dos Seguranças da Polícia Judiciária (ASSPJ), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de conclusão da negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça (SSMJ), transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com incidência em matéria remuneratória, em particular os artigos 17.º, 18.º, 19.º, 31.º e 32.º.

A reunião iniciou-se pelas 17h20, com a discussão do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, tendo a ASSPJ suscitado questões e apresentado propostas para minimizar o impacto das mesmas, relacionadas com benefícios específicos e convenções que os SSMJ mantiveram e que a ASSPJ gostaria que continuassem no âmbito da ADSE, celebrando protocolo para o efeito e mantendo a atribuição do suplemento de parentalidade; com a questão das futuras cauções a prestar, em que é o funcionário que se onera *a priori*; e com a necessidade de manutenção do carácter diferenciado dentro do quadro de especificidade e de carreira especial dos seguranças da Polícia Judiciária.

O Senhor SEJMJ sublinhou que a nova versão garantirá a inexistência de hiatos, adoptando-se o princípio da continuidade dos tratamentos. Esclareceu que o tratamento diferenciado se manterá, que a diferenciação é necessária, mas que não tem de constar deste documento, tratando-se de matéria de natureza regulamentar; e que não haverá perda de direitos para os actuais beneficiários dos SSMJ, dado que, no âmbito dos Serviços Sociais da Administração Pública, podem inclusivamente candidatar-se a apoios complementares. Em relação ao futuro do sistema da ADSE, o Senhor SEJMJ sublinhou que, não sendo possível projectar no presente articulado o futuro de uma reforma que está a ser preparada pelo Ministério das Finanças, o Governo continuará a velar para que não afecte direitos dos funcionários do Ministério da Justiça.

Encerrada a negociação nos termos e para os efeitos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de diploma de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, procedeu-se de seguida à discussão das normas da PLOE/2011 com particular relevância em matéria remuneratória, tendo a ASSPJ declarado não poder aceitá-las dada a natureza excessivamente penalizadora das mesmas para os trabalhadores, já de si com rendimentos baixos e obrigações mensais a cumprir, sujeitos ainda a uma redução sucessiva do poder de compra ao longo dos anos, pelo que aguardará pela avaliação posterior em sede de fiscalização da constitucionalidade das mesmas.

Por outro lado, a ASSPJ compreende que há medidas que devem ser tomadas face às dificuldades do quadro orçamental e da conjuntura internacional, estando os Seguranças da Polícia Judiciária solidários com os demais trabalhadores da Função Pública no que se refere à redução remuneratória e ao congelamento das carreiras e das progressões. Mas não compreende que a redução remuneratória em Portugal seja mais gravosa do que na Alemanha.

A ASSPJ questionou se as medidas assumem carácter transitório ou definitivo, tendo o Senhor SEJMJ esclarecido que as mesmas foram apresentadas pelo Ministério das Finanças como sendo necessárias para combater o défice em 2011, sem prejuízo de o MJ prosseguir os programas de simplificação e redução de custos de contexto entre outras missões tendentes à melhoria da eficiência e operacionalidade dos serviços, como será o caso criação do Fundo para a Modernização da Justiça e da fusão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social, tendo em vista a gestão integrada de recursos e a extinção de estruturas duplicadas.

A ASSPJ entende porém que as medidas de contenção devem revestir-se de carácter absolutamente excepcional e não devem ser impeditivas da resolução de constrangimentos que há anos afectam os Seguranças da Polícia Judiciária, em especial a nível do quadro de pessoal e da escassez de funcionários, com cada vez menos efectivos ao serviço a nível nacional, bem como da dificuldade em cumprir os objectivos e as missões decorrentes da lei orgânica, em particular as funções de guarda e transporte de detidos e de bens apreendidos, de protecção de testemunhas e outras entidades, de segurança de edifícios, entre outras. Destacou ainda que a Polícia Judiciária apenas dispõe de 120 funcionários no activo o que, caso gozassem os dias de folga a que têm direito, reduziria esse número ainda mais, pelo que os funcionários têm trabalhado ininterruptamente 30 dias por mês, a fim de assegurar o funcionamento dos serviços. Referiu outros exemplos de dificuldades decorrentes da escassez de recursos humanos, como é o caso da impossibilidade de conceder apoio no âmbito da investigação criminal.

O Senhor SEJMJ manifestou a disponibilidade para adopção de medidas com neutralidade financeira e para marcar reuniões com o Ministério das Finanças para iniciar os respectivos trabalhos preparatórios, para o que a ASSPJ será oportunamente contactada pelo Senhor Chefe do Gabinete do Senhor MJ.

O Senhor SEJMJ deu por finda a reunião pelas 19h00.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 21 de Outubro de 2010,

Pela Associação Sindical dos
Seguranças da Polícia Judiciária,
O Presidente,

Jaime Manuel Pereira

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,


José Magalhães